



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROJETO DE LEI Nº

087/2022



Fls: Nº 01  
Proc. Nº 2271/2022

**Dispõe sobre:** *"Institui o Programa Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental e dá outras providências."*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, da Lei Orgânica do Município de Barueri,

## DECRETA:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental.

**Art. 2º** São objetivos do Programa Municipal de Humanização do Luto Materno e Parental:

I - assegurar a humanização do atendimento no momento do luto gestacional, perinatal e neonatal;

II - a oferta de serviços públicos como modo de reduzir potenciais riscos e vulnerabilidades aos envolvidos neste momento.

**Art. 3º** Para assegurar assistência humanizada às parturientes de fetos natimortos, nos casos de perdas gestacionais e neonatais, a Administração Pública Municipal poderá oferecer, além de outras medidas passíveis de serem adotadas:

I - leito separado para mulheres que tenham sofrido aborto espontâneo e para as parturientes de natimorto;





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

II - atuação da equipe multiprofissional no oferecimento de assistência humanizada;

III - acompanhamento psicológico para os genitores nos casos de aborto espontâneo ou criança natimorta.

Fis: N° 02  
Proc. N° 221/2022

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

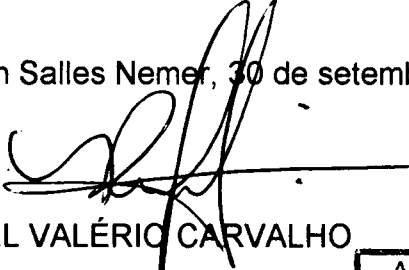
**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Vereador Wagih Salles Nemer, 30 de setembro de 2022.

Câmara Municipal de Barueri  
Extração de cópias e envio às Vereadoras  
Em 04/10/2022  
Presidente

Câmara Municipal de Barueri  
As Comissões Permanentes para PARECER  
Em 04/10/2022  
Presidente

  
RAFAEL VALÉRIO CARVALHO  
(RAFA CARVALHO)  
Vereador

JUSTIFICATIVA

Aprovado em única discussão e votação. Ao Sr. Prefeito para sancionar, promulgar e publicar  
Em 11/10/2022  
Presidente

Trata-se de um projeto de lei que pretende humanizar os casos em que os bebês não conseguem sobreviver, acolhendo a mãe no sentido de tentar amenizar a enorme dor pela qual essas mulheres passam nesse momento. Durante o período da gestação, muitas dúvidas e temores sobre a maternidade e paternidade surgem. Mas, ao longo de nove meses, os pais têm a oportunidade de se preparar para receber o bebê. Eles imaginam como vai ser o filho e aguardam ansiosamente o momento em que vão tê-lo nos braços.





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

Fis: N°	03
Proc. N°	2221/2023

A morte do bebê é fonte de grande dor para seus pais, pois toda a idealização e sonhos criados acerca da criança são bruscamente desconstruídos e substituídos pelo luto.

No momento de dor intensa e de luto, essas mulheres sofrem desestabilização emocional profunda ao se deparar, no mesmo espaço, com outras mulheres felizes e realizadas com seus bebês vivos. Considerando que a experiência do sofrimento é de natureza interna, privada e individualista – e que o processo de luto é externo, público e cultural – a obrigação de sofrer às escondidas e a interdição da manifestação pública agravam consideravelmente o trauma dessa perda impossível de nomear\*, tamanha a singularidade e intensidade.

A estadia em quartos ou enfermarias separadas amenizará a dor, e por vezes, o sentimento de constrangimento e impotência das mulheres cujo parto originou-se natimorto.

Nos casos de abortamento espontâneo, de parturientes de fetos natimortos/neomortos e de perdas gestacionais e neonatais, devem ser adotados protocolos específicos, garantindo respostas pragmáticas e humanas, bem como ser oferecido acompanhamento psicológico à gestante e ao pai, no momento do diagnóstico e no período pós-operatório. Após a alta hospitalar, quando solicitada ou constatada a necessidade, deve ser oferecido acompanhamento psicológico à mãe ou ao pai, que ocorrerá na unidade de saúde mais próxima à residência do enlutado.

Ante ao exposto, apresento a presente propositura, de inegável interesse público, à apreciação desta Casa.

